

# No rumo certo

- 2 ABR 1987

Ao contrário dos temores manifestados por certas áreas pessimistas, os créditos interbancários e comerciais de curto prazo, abertos ao Brasil pelos bancos estrangeiros, foram integralmente renovados no seu vencimento. Mantêm-se assim em rotatividade recursos da ordem de quinze bilhões de dólares, destinados principalmente ao financiamento das exportações brasileiras. A decisão dos bancos internacionais sinaliza no sentido de que o Brasil segue o roteiro certo para uma vitoriosa negociação de sua dívida externa.

Não se pode, contudo, receber o acontecimento como algo extraordinário, embora auspicioso, uma vez que o Governo brasileiro não poderia esperar outro comportamento do sistema financeiro internacional. Apesar de dificuldades cíclicas, o Brasil respalda-se em uma respeitável tradição de devedor responsável, sempre em dia no resgate de seus compromissos, malgrado as circunstâncias lhe tenham imposto a suspensão temporária do pagamento dos juros da dívida externa. Os agentes vinculados às relações financeiras internacionais esperavam, sem dúvida, a interrupção dos serviços da dívida, já que a plena satisfação desse compromisso importaria esgotar completamente as reservas cambiais do País.

A disposição dos bancos inter-

nacionais de manterem os fluxos de caixa de curto prazo mostra, igualmente, que o PMDB andou certo ao sustentar a política do Governo em relação à dívida externa, particularmente no que diz respeito à suspensão do pagamento dos juros. Correta, igualmente, foi a decisão dos empresários de manifestarem-se solidários com Sarney nessa questão, conforme pronunciamento recente do presidente da Confederação Nacional da Indústria, reiterado ontem. A convergência de apoios de áreas tão significativas compõe um arco de sustentação fundamental ao fortalecimento da autoridade e da representatividade do Governo, eis que abrange os segmentos mais importantes do sistema econômico e o maior partido político do País.

No plano prático, a manutenção dos créditos de curto prazo significa que a política econômico-financeira, em sua avaliação estratégica, segue um curso sem grandes turbulências, sob o ponto de vista de suas conotações internacionais. Falta-lhe apenas agregar um projeto de maior fôlego — de curto, médio e longo prazos — sobre definições mais nítidas dos propósitos nacionais, de modo a aplainar os caminhos para a negociação com os credores. É o que prepara agora o Governo, inclusive com plena divulgação preliminar de seus objetivos básicos — daí a exposição do Ministro da Fa-

zenda, Dilson Funaro, perante a bancada do PMDB na Câmara e no Senado.

Sustentados os créditos rotativos de curto prazo, a economia exportadora do País encontrará os recursos indispensáveis para financiamento das exportações, em um favorecimento bastante significativo ao mercado externo comprador. Esse aspecto do problema vem juntar-se, com um efeito favorável multiplicador, aos atuais esforços do Governo para aumentar o volume e o ritmo das exportações brasileiras, cujas receitas observam, desde o início do ano, oscilações declinantes indesejáveis.

Como se sabe, a expansão das exportações não é importante apenas pelo fato de permitir maiores saldos em divisas para a amortização da dívida externa. E, sobretudo, fundamental para garantir internamente taxas razoáveis de emprego e viabilizar importações de tecnologias de ponta, matérias-primas e bens de capital indispensáveis à sustentação do crescimento econômico. A opção pelo desenvolvimento se apresenta hoje ao Brasil como uma questão de salvação nacional. Fora dessa alternativa não será possível retirar da miséria absoluta mais de trinta milhões de brasileiros e, ao mesmo tempo, resgatar os 102 bilhões de dólares da dívida externa.